



RSM Brasil

Av. Marquês de São Vicente, 182 - 2º Andar
Barra Funda - SP - Brasil
Cep: 01139-000
T +55 (11) 2348-1000
F +55 (11) 2117-1300

www.rsmbrasil.com.br

29 de abril de 2025

À: JCA Serviços-Consultoria e Serviços Especiais Ltda.

At.: Senhores Sócios Quotistas Controladores e Administradores

Ref.: Relatório Anual de Auditoria dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da JCA Serviços-Consultoria e Serviços Especiais Ltda. nº 1300-2025-7

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^{as}. as demonstrações financeiras anuais auditadas da **JCA Serviços-Consultoria e Serviços Especiais Ltda.** dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Atenciosamente,

Luiz Claudio Fontes



**JCA Serviços-Consultoria e Serviços
Especiais Ltda.**

Demonstrações Financeiras Acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e
2023

JCA Serviços-Consultoria e Serviços Especiais Ltda.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	2
Demonstrações Financeiras	5
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	10

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Sócios Quotistas Controladores e Administradores
JCA Serviços-Consultoria e Serviços Especiais Ltda.
Niterói- RJ

1. Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **JCA Serviços-Consultoria e Serviços Especiais Ltda. (“Empresa”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados do exercício e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **JCA Serviços-Consultoria e Serviços Especiais Ltda.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

3. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

4. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.



Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7 "S" RJ

JCA SERVIÇOS- CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.403.179	590.109	Fornecedores nacionais	-	1.852	-
Outros créditos a receber	-	19.739	24.504	Impostos a recolher	4	47.146	47.174
Impostos a recuperar	-	-	7.722	Impostos a pagar-IRPJ e CSLL	5	300.746	464.571
Total do Ativo Circulante		3.422.918	622.335	Total do Passivo Circulante		349.744	511.745
				Patrimônio Líquido			
				Capital social subscrito	6	10.700	10.700
				Quotas do capital social em tesouraria		(200)	(200)
				Reserva de lucros por retenção de lucros		3.062.674	100.090
						3.073.174	110.590
Total do Ativo		3.422.918	622.335	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.422.918	622.335

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

JCA SERVIÇOS- CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos)

	Notas	Exercícios Findos Em	
		31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacional Líquida	7	12.514.687	11.631.702
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	8	305.066	244.751
Total das Despesas Operacionais		305.066	244.751
Lucro Operacional, Exceto Resultado Financeiro		12.209.621	11.876.453
Resultado Financeiro, Líquido	9	116.601	62.331
Lucros antes dos Impostos-IRPJ e CSLL		12.326.222	11.938.784
Despesas de Impostos Correntes-IRPJ e CSLL	5	(1.488.986)	(1.371.894)
Lucro Líquido do Exercício		10.837.236	10.566.890
Número de Quotas EM CIRCULAÇÃO do Capital Social		10.500	10.500
Lucro por Quota Básico e Diluído- Expresso em Reais (R\$) (Centavos Omitidos)		1.032	1.006

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

JCA SERVIÇOS- CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos)

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	10.837.236	10.566.890
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos Resultados Abrangentes	<u>10.837.236</u>	<u>10.566.890</u>

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

JCA SERVIÇOS- CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos)

	Capital Social Subscrito	Quotas do Capital Social em Tesouraria	Lucros Acumulados	Reserva de Lucros por Retenção de Lucros	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.700	(100)	-	1.255.828	1.266.428
Lucro líquido do exercício	-	-	10.077.388	-	10.077.388
Lucros distribuídos e pagos	-	-	(11.233.126)	-	(11.233.126)
Aquisição de quotas do capital social em tesouraria	-	(100)	-	-	(100)
Transferência parcial de reserva de lucros para lucros acumulados	-	-	1.155.738	(1.155.738)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.700	(200)	-	100.090	110.590
Lucro líquido do exercício	-	-	10.837.236	-	10.837.236
Lucros distribuídos e pagos	-	-	(7.874.656)	-	(7.874.656)
Retenção de lucros acumulados remanescentes para reserva de lucros	-	-	(2.962.580)	2.962.580	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.700	(200)	-	3.062.670	3.073.170

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

JCA SERVIÇOS- CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos)

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.837.236	10.077.388
Ajuste por não impactar ao Resultado do Exercício, por Não Impactar Entradas e Saídas de Caixa e Equivalentes de Caixa:		
Despesas de impostos provisionadas-IRPJ e CSLL	1.488.986	1.371.894
Lucro do Exercício Ajustado	12.326.222	11.449.282
(Aumento) Redução dos Ativos Operacionais		
Outros créditos a receber	4.765	1.499.412
Impostos a recuperar	7.722	(731)
Total do (Aumento) Redução dos Ativos Operacionais	12.487	1.498.681
Aumento (Redução) dos Passivos Operacionais		
Fornecedores nacionais	1.852	(1.600)
Impostos a recolher	(29)	(26.745)
Total do Aumento (Redução) do Passivos Operacionais	1.823	(28.345)
Pagamentos de Impostos-IRPJ e CSLL	(1.652.806)	(1.235.721)
Total do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	10.687.726	11.683.897
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de quotas em tesouraria	-	(100)
Total do Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	-	(100)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Lucros pagos por quota do capital social em circulação	(7.874.656)	(11.233.126)
Total do Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(7.874.656)	(11.233.126)
Total do Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	2.813.070	450.671
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo do Início do Exercício	590.109	139.438
Saldo do Final do Exercício	3.403.179	590.109
Total do Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	2.813.070	450.671

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

JCA Serviços-Consultoria de Serviços Especiais Ltda.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

((Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos. Exceto Quando Indicado de Outro Modo))

1. Contexto Operacional

A Empresa foi constituída em 16 de abril de 2008 e tem como objetivo a prestação de serviços de consultoria, assessoria e gestão empresarial nas seguintes áreas: econômico-financeira, administrativa, serviços especiais para desempenho profissional, desenvolvimento de projetos e planejamentos estratégicos de negócios, intermediação e gestão de negócios, contábil, transportes e logística, recursos humanos, controles, e outras atividades empresariais afins; podendo participação em outras empresas, na qualidade de sócia ou acionista.

Historicamente essa consultoria tem se dado para empresas do Grupo JCA a preços e condições compatíveis com os de mercado.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

2.1. Base de Apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas pela diretoria em 31 de março de 2025.

2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

2.3. Contas a Receber das Partes Relacionadas

A Empresa possui contas a receber das partes relacionadas, os quais se não recebidos no prazo de vencimento contratual, são renovados com certa tranquilidade sem a cobrança de penalidades de tais relacionadas. Sobre essas contas a receber inexistem rendimentos financeiros por remuneração de juros e de atualização monetária, bem como não foi constituída provisão para perdas sobre tais contas a receber de vez os créditos serão recebidos em circunstâncias normais.

JCA Serviços-Consultoria de Serviços Especiais Ltda.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

((Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos. Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

2.4. Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas e não excede ao valor justo. A depreciação dos bens é calculada de acordo com as taxas informadas na nota explicativa N°5.

2.5. Impostos

Durante os anos de 2024 e 2023 a Empresa calculou o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro com base no método do lucro presumido. Nesta metodologia, a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social é determinada mediante ao percentual pré-determinado por Lei, no qual sobre receitas de atividades de prestação de serviços aplica-se a alíquota de 32% para IRPJ e 12% para CSLL. Sobre esta base de cálculo e demais receitas operacionais incide a alíquota de 15% de Imposto de Renda, acrescida de 10% de adicional de Imposto de Renda sobre a base de cálculo superior a R\$60.000 por trimestre calendário e alíquota de 9% para a Contribuição Social sobre o lucro líquido.

Os impostos (IRPJ e CSLL) correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos como tal, respectivamente.

2.6. Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Provisões Passivas

Geral-Provisões são reconhecidas, se aplicável, quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

JCA Serviços-Consultoria de Serviços Especiais Ltda.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

((Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos. Exceto Quando Indicado de Outro Modo))

Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos Contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos Contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações Legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Empresa questiona a constitucionalidade dos tributos.

2.8. Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) – Instrumentos Financeiros, adotado pela Empresa a partir de 01 de janeiro de 2018.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo Amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Empresa gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Mensuração dos Passivos Financeiros Não Derivativos:

Valor Justo por Meio do Resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;

Custo Amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Empresa para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Empresa classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado.

A Empresa, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não tinha derivativos e consequentemente hedge accounting.

2.9. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641/2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

JCA Serviços-Consultoria de Serviços Especiais Ltda.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

((Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos. Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

2.10. Lucro por Cota Básico e Diluído

O lucro por cota básico e diluído foram computados com base nas cotas do capital social integralizado e em circulação da Empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, portanto foi reduzido das cotas em tesouraria existentes. Ainda, destacamos que naquelas datas inexistiam cotas com fator dilutivo do capital social da Empresa.

2.11. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras está incluída na Nota Explicativa nº 10- Gerenciamentos.

2.12. Adoção das CPCs Novos e Revisados

a. CPCs Novos e Alterados Vigentes no Exercício Corrente:

No exercício corrente, a Empresa aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo IASB, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1/1/2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas Dfs.

i) Alterações à IAS 1- Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: A Empresa adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela 1ª vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023**

((Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos. Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

ii) Alterações à IAS 1-Apresentação das DFs-Passivo Não Circulante com Covenants: A Empresa adotou as alterações à IAS 1, publicadas em novembro de 2022, pela 1ª vez no exercício corrente. As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da Empresa de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da Empresa na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém, se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a Empresa divulga informações que permite aos usuários das Dfs entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a Empresa pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

iii) Alteração à IFRS 16-Arendamentos-Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”: A Empresa adotou as alterações à IFRS 16 pela 1ª vez no exercício corrente. As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15- Contratos com clientes para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um “leaseback” que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de “sale and leaseback” com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de “sale and leaseback” que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o IFRS 16 a transações de “sale and leaseback” celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a Empresa aplicou a IFRS 16 pela 1ª vez.

b. CPCs Novos e Revisados Já Emitidos, Porém Ainda Não Adotados

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Empresa não adotou de forma antecipada para a preparação dessas Dfs. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas Dfs da Empresa no futuro.

i) IFRS 18- Apresentação e Divulgações nas DFs: A IFRS 18 substitui a IAS 1- Apresentação das DFs, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7-Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7-Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33- Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para apresentar: Categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; Divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às Dfs; melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A Empresa deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Empresa aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Os diretores da Empresa esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as Dfs da Empresa no futuro.

ii) IFRS 19- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública- Divulgações: A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas Dfs. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar Dfs consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. A Empresa pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório: for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária); não tiver responsabilidade pública, e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara Dfs consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A subsidiária tem responsabilidade pública se: seus instrumentos da dívida ou patrimoniais forem negociados em um mercado público ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, inclusive mercados locais e regionais), ou detiver ativos em capacidade fiduciária para um grupo abrangente de estrangeiros como um dos seus principais negócios (por exemplo, bancos, associações de crédito, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos e bancos de investimento normalmente atendem este segundo critério). As entidades elegíveis podem aplicar a IFRS 19 nas suas Dfs, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária elegível que não aplica a IFRS 19 nas suas Dfs consolidadas pode fazer isso nas suas Dfs separadas.

JCA Serviços-Consultoria de Serviços Especiais Ltda.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

((Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos. Exceto Quando Indicado de Outro Modo))

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1/1/2027, sendo permitida a adoção antecipada. Se a Empresa optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anterior ao período de relatório no qual ela aplicar a IFRS 18 pela 1ª vez, ela deve aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação descrito no anexo à IFRS 19. Se a Empresa optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anual antes de ter aplicado as alterações à IAS 21, ela não deve aplicar as exigências de divulgação na IFRS 19 com relação à Falta de Conversibilidade. Os diretores da Empresa não esperam que a IFRS 19 seja aplicada para fins das dfs consolidadas do grupo.

iii) Orientação Técnica OCPC 10 e Resolução CVM 223: No dia 16/12/2024, o CPC emitiu a Orientação Técnica OCPC 10- Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). Em consonância com esta iniciativa, a CVM publicou a Resolução 223/24, que torna obrigatória a adoção da referida orientação técnica para as companhias abertas supervisionadas pela autarquia. Esses normativos entram em vigor em 1/1/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data.

Conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, na data de publicação das Dfs, a Empresa ainda não adotou antecipadamente referida orientação técnica. Os diretores da Empresa esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as Dfs consolidadas do grupo no futuro.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição de Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos conta de movimento (Bradesco)	1	1
Aplicações financeiras em CDB remunerada com base na variação do CDI	3.403.179	590.108
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>3.403.180</u>	<u>590.109</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

JCA Serviços-Consultoria de Serviços Especiais Ltda.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

((Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos. Exceto Quando Indicado de Outro Modo))

4. Impostos a Recolher-ISS e impostos Retidos: IRRF, PIS, COFINS e CSLL

Composição dos Impostos a recolher

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS	44.359	44.359
Impostos-IRRF, PIS e COFINS e CSLL sobre faturamento de serviços	2.787	2.814
Total de Impostos a Recolher	<u>47.146</u>	<u>47.173</u>

5. Impostos-IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL

a. Cômputo das Despesas dos Impostos Correntes-IRPJ e CSLL

	<u>Exercícios Findos Em</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Determinando a Base Presumida:		
1. Receita bruta operacional conforme DRE	13.541.255	13.638.012
2. Outras Receitas Operacionais (conforme DRE):		
. Receitas financeiras-bruta	116.749	62.479
Total de Outras Receitas Operacionais	<u>116.749</u>	<u>62.479</u>
3. CSLL Receita Oper. Bruta (item 1 *32%), respectivamente	4.333.202	4.364.164
4. IRPJ Receita Oper. Bruta (item 1*32%), respectivamente	4.333.202	4.364.164
Total Presumido Tributável:		
CSLL	4.449.951	4.426.643
IRPJ	4.449.951	4.426.643
Cômputos dos Encargos de IRPJ e CSLL:		
CSLL-9% alíquota devida	(400.498)	(398.398)
IRPJ-25% alíquota devida	(1.088.488)	(1.082.659)
Total das Despesas de Impostos Correntes-IRPJ e CSLL	<u>(1.488.986)</u>	<u>(1.481.057)</u>

b. Movimentação Impostos a Pagar-IRPJ e CSLL

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	<u>464.572</u>	<u>214.587</u>
Provisionamento de impostos correntes	1.488.986	1.481.057
Pagamentos de impostos correntes	(1.652.806)	(1.231.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	<u>300.752</u>	<u>464.572</u>

c. Composição Receitas (Despesas) de Impostos-IRPJ e CSLL

	<u>Exercícios Findos Em</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas correntes de impostos-IRPJ e CSLL	(1.488.986)	(1.481.057)
Receita de Impostos diferidos-IRPJ e CSLL	-	109.163
Total das Receitas (Despesas) de Impostos-IRPJ e CSLL	<u>(1.488.986)</u>	<u>(1.371.894)</u>

JCA Serviços-Consultoria de Serviços Especiais Ltda.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

((Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos. Exceto Quando Indicado de Outro Modo))

6. Patrimônio Líquido

Capital Social Subscrito e Integralizado e Quotas em Tesouraria

	Número de Quotas	31/12/2024 e 31/12/2023
Capital Social Subscrito e Integralizado		
Cosa Participações Ltda.	5.000	5.000
Hatar Participações Ltda.	5.000	5.000
Outros quotistas	500	500
Quotas em tesouraria	200	200
Total do Capital Social Subscrito e Integralizado	10.700	10.700
Quotas do Capital Social em Tesouraria	(200)	(200)
Quotas do Capital Social Subscrito e Integralizado em Circulação	10.500	10.500

7. Receita Operacional Líquida

Composição da Receita Operacional Líquida

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta		
Receitas de prestação de serviços de consultoria	13.541.255	12.591.942
Total da Receita Bruta	13.541.255	12.591.942
Deduções de Vendas		
Impostos incidentes de vendas	(1.026.568)	(960.240)
Total das Deduções de Vendas	(1.026.568)	(960.240)
Total da Receita Operacional Líquida	12.514.687	11.631.702

8. Despesas Gerais e Administrativas

Composição das Despesas Gerais e Administrativas

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Assistência médica	186.962	140.275
Serviços prestados por consultorias	91.916	90.812
Despesas tributárias	20.367	18.330
Outras (receitas) despesas	5.821	(4.666)
Total das Despesas Gerais e Administrativas	305.066	244.751

JCA Serviços-Consultoria de Serviços Especiais Ltda.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

((Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos. Exceto Quando Indicado de Outro Modo))

9. Resultado Financeiro Líquido

Composição do Resultado Financeiro Líquido

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicação financeira	116.740	61.739
Juros ativos	50	731
Total das Receitas Financeiras	116.790	62.470
Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	(189)	(139)
Total das Despesas Financeiras	(189)	(139)
Total do Resultado Financeiro Líquido	116.601	62.331

10. Gerenciamentos dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela Empresa estão demonstrados no item (v) Valorização dos Instrumentos Financeiros demonstrados nessa nota explicativa. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Empresa não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Empresa adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de Estrutura de Capital ou Risco Financeiro

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

JCA Serviços-Consultoria de Serviços Especiais Ltda.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

((Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos. Exceto Quando Indicado de Outro Modo))

(iii) Risco de Crédito

A política de vendas da Empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

(iv) Risco de Liquidez

É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

(v) Risco com Taxas de Juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

(vi) Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Empresa não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros; e os principais instrumentos financeiros ativos e passivos e os critérios de avaliação estão a seguir descritos:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.403.180	590.108
Outros créditos a receber	19.738	24.504
Contas a receber de partes relacionadas	-	-
Total dos Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	<u>3.422.918</u>	<u>614.612</u>
Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado		
Impostos a recolher- ISS e Impostos Retidos: IRRF, PIS, COFINS e CSLL	44.359	47.173
Impostos a pagar-IRPJ e CSLL	300.746	464.572
Total dos Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	<u>345.105</u>	<u>511.745</u>

JCA Serviços-Consultoria de Serviços Especiais Ltda.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

((Valores Expressos em Reais (R\$) (Centavos Omitidos. Exceto Quando Indicado de Outro Modo))

11. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas para emissão 31 de março de 2025 e são assinadas pelos signatários indicados a seguir:

Gustavo Nader Damiano Rodrigues

Diretor-Presidente

CPF: 032.261.947-55

Paulo Roberto Perdigão de Araujo

Contador

CRC-RJ 066.894/O-1

CPF: 401.430.077-34